

Perfil brasileiro

A PESQUISA de Orçamentos Familiares (POF) 2002/2003, cujos resultados acabam de ser divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na qual foram consultadas 48.470 famílias brasileiras, constituindo-se, portanto, o mais completo levantamento do gênero já realizado no País, converte-se igualmente em útil elenco de informações sobre as condições de vida da população, espelhando modificações de hábito de consumo e apresentando todo um conjunto de dados reveladores dos padrões de subsistência das pessoas, nos diferentes segmentos sociais a que pertencem.

ESSA FOI A PRIMEIRA VEZ, em quase 30 anos, em que o IBGE fez pesquisa sobre orçamento em âmbito nacional, pois o último levantamento desse tipo foi o Estudo Nacional da Despesa familiar (Endef, de 1974-1975), o qual, por exemplo, não continha dados sobre famílias da zona rural da Região Norte. Em 1987-1988 e 1995-1996 foram realizadas pesquisas de orçamentos familiares, mas compreendendo apenas as nove maiores regiões metropolitanas do País, a cidade de Goiânia e o Distrito Federal.

POR OUTRO LADO, as informações coligidas na pesquisa juntam-se a todo um elenco de outros dados, indicando carências na esfera de serviços públicos essenciais, sobretudo em termos de saneamento básico, o que repercute, como decerto não poderia deixar de ocorrer, na qualidade de vida da população.

VERIFICA-SE ainda que a população brasileira está gastando 82,41% de sua renda em três despesas básicas de consumo: habitação, alimen-

tação e transporte. Na última pesquisa, em 1974-1975, o referido percentual era de 75% e, como observa o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, "sobrava mais dinheiro para a compra da casa própria, enquanto hoje praticamente não há disponibilidade para isso".

JÁ O ECONOMISTA Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), considera que os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares vão permitir, mediante o debate e apreciação crítica que sua divulgação enseja, sejam redesenhadas as políticas públicas do País, com vistas ao aumento de sua eficiência.

É PRECISO, de fato, aferir com razoável margem de exatidão técnica as reais condições de vida da população, de forma a assegurar, inclusive, suficiente rentabilidade social dos investimentos feitos pelo poder público, até pela notória e relativa escassez dos recursos, face ao vulto e diversificação das necessidades existentes.

NESSE SENTIDO, cumpre decerto buscar, de forma coerente e articulada, a conciliação de objetivos estritamente econômicos com a garantia dos efeitos sociais de que não podem ser dissociados, na linha de uma estratégia voltada à humanização do próprio processo de desenvolvimento, centrado, afinal, nas pessoas como agentes e, a um só tempo, beneficiárias. Um compromisso que, diante da realidade brasileira que a referida pesquisa deixa entrever, torna-se indeclinável e aponta na direção de um futuro melhor para nossa gente, ultrapassadas as limitações e carências a se projetarem, nos números apresentados, de forma tão inequívoca.